



Bloco de Esquerda
GRUPO MUNICIPAL DE LISBOA

MOÇÃO

Pela gestão pública das entidades gestoras de sistemas de água e saneamento

Considerando que:

1. O sistema de abastecimento de água à cidade de Lisboa está desde 1974 a ser operado pela EPAL, uma empresa de capitais públicos que tem assegurado níveis muito elevados de qualidade de serviço e que tem garantido um planeamento e desenvolvimento do seu sistema de abastecimento com uma perspectiva de longo prazo, como é adequado em infraestruturas deste tipo de serviço público;
2. O sistema de tratamento de águas residuais da cidade de Lisboa (e de um conjunto de cinco outros municípios da área metropolitana de Lisboa) tem vindo a ser assegurado pela SIMTEJO, uma empresa de capitais públicos criada em 2001 e de que o município de Lisboa é acionista, empresa essa que tem prestado um serviço de reconhecida qualidade, no respeito por aspectos essenciais de ordem social e ambiental, e que tem contribuído para a despoluição da bacia do Tejo, nomeadamente do seu estuário;
3. O Governo anunciou a sua intenção de levar a cabo, e tem conduzido um conjunto de actividades, do que designou como “reestruturação do sector das águas”, que implicaria o recurso a um processo de integração vertical dos sistemas municipais e de fusões de sistemas multimunicipais existentes, e que reduziria o universo das empresas operadoras de água e saneamento do grupo Águas de Portugal no nosso País a apenas quatro empresas;
4. As quatro empresas concessionárias de capitais públicos resultantes de tal “processo de reestruturação” seriam no final subconcessionadas a empresas de capitais privados, possibilidade que seria aberta por uma alteração do quadro legal em vigor, que resultaria da aprovação parlamentar da Proposta de Lei nº 123/XII que o Governo apresentou na Assembleia da República;
5. A empresa que passaria a ter a responsabilidade de operar os sistemas de abastecimento de água e saneamento que servem a cidade de Lisboa, a que seria denominada como “Águas de Lisboa e Vale do Tejo”, implicaria nomeadamente a fusão de 9 empresas multimunicipais já existentes (nomeadamente a EPAL e a SIMTEJO), e teria um âmbito de actuação territorial que a leste iria até à fronteira com Espanha, a norte incluiria a “Águas do Zêzere e Côa” e a sul a “Águas do Norte Alentejano”;
6. Que o anunciado “processo de reestruturação” iria dar origem a um aumento de tarifas aos consumidores na área geográfica actualmente servida pela EPAL.

Segundo refere o MAMAOT “o pagamento de um “subsídio” anual médio, em ano cruzeiro (2018-2038), de cerca de 22 milhões de euros/ano por parte da EPAL garante a uniformização das tarifas na LVT” ;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 19 de Fevereiro de 2013, delibere:

- 1. Manifestar a sua preocupação pelo desenvolvimento do denominado “processo de reestruturação do sector das águas” que o Governo está a levar a cabo, pelas implicações que pode ter na qualidade do serviço de abastecimento de águas e de saneamento de águas residuais prestado aos lisboetas e no aumento das tarifas cobradas em Lisboa. Processo esse que entende que o Governo não pode pretender que possa passar ao lado dos órgãos autárquicos de Lisboa e que, pelo contrário, exige a sua participação activa;**
- 2. Manifestar a sua oposição à entrega ao sector privado (nomeadamente por via do mecanismo da subconcessão) da operação dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento que servem o município de Lisboa;**
- 3. Enviar cópia desta moção para o Sr. Primeiro-ministro, para a Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e para a Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e do Poder Local e para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.**

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

José Casimiro